

## ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

### Dispensa Eletrônica 14/2021

#### Processo Administrativo nº 23286.000356/2021-22

#### 1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de itens para viabilização de transmissão e gravação de aulas virtuais, e de aquisição de equipamentos diversos, para fins de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVI-19, a fim de atender necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Campus Barreiras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor total
1	CÂMERA VIDEOCONFERÊNCIA, Características Panorâmica, inclinação e zoommotorizados suaves, Pan de 90, 35° / tilt de 45°, Zoom de alta definição de 10X, Full HD 1080p 30fps, H.264 UVC 1.5 com Codificação de Vídeo Escalonável (SVC), Foco automático, 3 predefinições da câmera, além do botão posição inicial, LED indicador de vídeo com/sem som, Rosca paratripé padrão.	Und.	2	R\$ 5.522,63	R\$ 11.045,26
2	CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL, Imagem: Máxima resolução: 6000 x 4000, Proporção de tela: 1:1; 3:2; 4:3; 16:9, Tipo de sensor: Cmos Tamanho do sensor: 22.3 x 14.9mm, Formato de arquivo de imagem: Jpeg, Raw Profundidade de Bit: 14 Bit, Estabilização de imagem: Digital - 5 Eixos (Apenas em vídeo), Iso: Auto, 100 a 25600 (Expansível: 100 a 51200), Velocidade de obturador: 1/4000 a 30s, VÍDEO: Formato de gravação: MP4/H.264 Uhd 4K (3840 x 2160) a 23.976p/25p [120 Mb/s], Full Hd (1920 x 1080) a 25p/29.97p/50p/59.94p [12 A 60 Mb/s] Hd (1280 x 720) a 50p/59.94p [26 Mb/s], Modo de gravação externa: 4:2:2 10-Bit Dci 4K (4096 x 2160) a 23.976p/29.97p; Full Hd (1920 x 1080) a 59.94i/59.94p Sd (640 x 480) a 59.94p,	Und.	2	R\$ 2.996,33	R\$ 5.992,66



	Gravação de Áudio: Microfone embutido ou microfone externo (via entrada P2 dedicada) Formato de arquivo de áudio: Aac, Compartimento de cartão de memória: Sd Conectividade: 3.5mm, Microfone, Hdmi C (Mini), Usb 2.0.				
3	MICROFONE DIRECIONAL, FINALIDADE CAPTURA TRANSMISSÃO DE ÁUDIO A DISTÂNCIA, GRÁFICO, RESPOSTA FREQUÊNCIA 80HZ A 20KHZ, SENSIBILIDADE +/-120DB, CONEXÃO XLR DE 3 PINOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PILHA/BATERIA/48V CORPO METAL, CHAVE SELETORA DE.	Und.	2	R\$ 933,52	R\$ 1.867,04
4	TRIPÉ, MATERIAL ALUMÍNIO, ALTURA MÁXIMA 1,52, PESO 3,29, CAPACIDADE 5, TIPO CABEÇA HIDRÁULICA, APLICAÇÃO CÂMARA FILMADOR SONY HXRNX 100, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 BOLSA PARA TRANSPORTE, ALTURA MÍNIMA 71,2	Und.	3	R\$ 1.006,50	R\$ 3.019,50
5	MICROFONE, TIPO LAPELA SEM FIO, ALIMENTAÇÃO PILHAS AA, RESPOSTA FREQUÊNCIA 60 HZ A 15 KHZ +/- 3DB, TIPO RECEPTOR ANTENA EXTERNA, ALCANCE 100, PADRÃO OMNIDIRECIONAL, SENSIBILIDADE -30DB +/-3DB, POTÊNCIA DE SAÍDA 20, NÍVEL DE SAÍDA DE ÁUDIO 120, RELAÇÃO SINAL / RUÍDO 80	Und.	2	R\$ 715,00	R\$ 1.430,00
6	SISTEMA ILUMINAÇÃO - Kit Duplo com Softbox 50x70cm e Tripés de iluminação 2m TPI-200, Características do Kit Duplo de Iluminação Softbox 50x70cm e Tripé de 2m da Sou Foto, Tipo: Kit Duplo com Softboxes 50x70cm e Tripés 2 metros; Material/Composição: Alumínio, plástico e nylon; Peso Aprox.: 3.1Kg; Itens Inclusos: 2x Softbox 50x70cm Sou Foto SBS-50x70.	Und.	2	R\$ 3.699,23	R\$ 7.398,46

7	KIT ILUMINAÇÃO EXTERNA, COMPONENTES QUATRO TRIPÉS, DOIS FRESNEIS DE 650W/220V, DOIS IL	Und.	2	R\$ 1.571,17	R\$ 3.142,34
8	TRIPÉ, MATERIAL ALUMÍNIOANODIZADO, TIPO GIRAFÁ, ALTURAMÁXIMA 3,85, CARACTERÍSTICASADICIONAIS PÉ DOBRÁVEL/ALTURAREGULÁVEL/B ASE TIPO TRIPÉ/HASTE, ALTURA MÍNIMA 1,25	Und.	2	R\$ 1.065,89	R\$ 2.131,78
9	PILHA RECARREGAVEL, COMPOSIÇÃO NÍQUEL METAL HIDRETO (NIMH), MODELOS AA/AAA, TENSÃO 1,2, CAPACIDADE CORRENTE 2500 MAH	EMBALAGEM 4,00 Und	2	R\$ 37,63	R\$ 75,26
10	Placa controladora vídeo, tamanho memória: 4gb, padrão imagem: vga, modelo: nvidea gtx1650, características adicionais: memória gddr6	Und.	1	R\$ 2.559,55	R\$ 2.559,55
11	Memória ram, aplicação: microcomputadores, capacidade memória: 8 gb, padrão: ddr3, frequência 1333mhz 240-pin	Und.	2	R\$ 315,44	R\$ 630,88
12	Monitor computador, tamanho tela: 23 a 30pol, tipo de tela: led, formato tela: widescreen, qualidade de imagem: full hd, interatividade da tela: seminteratividade, ajuste: ajuste de rotação, altura e inclinação do display, alimentação: bivolt, tela antirreflexo.	Und.	1	R\$ 1.704,43	R\$ 1.704,43
13	MEMÓRIA EM CARTÃO MAGNÉTICO: Cartão SDXC UHS-I Classe 10 com velocidades de até 40mb/s de velocidade de escrita para melhor desempenho entre disparos e até 90mb/s de velocidade de leitura para transferências mais rápidas, capacidade mínima de armazenamento 32 gb.	Und.	1	R\$ 240,77	R\$ 240,77
14	MESA ÁUDIO: 06 canais (04 combos mono /02 STEREO P-10), Equalizador 2 bandas por canal (Agudo e Grave), Ajuste de ganho por canal, Efeito: Atraso +	Und.	1	R\$ 1.295,38	R\$ 1.295,38

	Repetir, PhantomPower, Bluetooth, Gravação direta via USB, Conexão ao PC, Bivolt.				
15	Mesa digitalizadora, padrão usb, tecnologia eletromagnética, resolução 2540 LPI, programa suportado programas de desinergráfico, precisão 2048 níveis de precisão, compatibilidade win 10, win8, win7 mac os x10.10 ou posterior, características adicionais caneta sem fio c/ suporte para caneta, cabo usb, 264x200x88 mm.	Und.	1	R\$ 476,79	R\$ 476,79
16	Carregador bateria, tipo portátil, velocidade carga rápida, tensão alimentação 110 / 220, capacidade 2 pilhas AA e 2 pilhas AAA, características adicionais recarregáveis simultaneamente.	Und.	2	R\$ 56,61	R\$ 113,22
17	SUORTE FUNDO INFINITO PARA ESTÚDIO FOTOGRÁFICO 2,0m A x 3m L, TRIPÉS PARA HOLOFOTE COM 1,80 METROS DE ALTURA, TECIDO VERDE (CHROMA KEY) NO TAMANHO 3X2, CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO ANODIZADO E NYLON INDUSTRIAL	Und.	2	R\$ 365,17	R\$ 730,34
<b>TOTAL DOS ITENS</b>					<b>R\$ 43.853,66</b>

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. Necessidade da aquisição dos materiais:**

2.2.1 O IFBA/Campus Barreiras, localizado no Oeste Baiano, é uma unidade de ensino federal que oferta cursos técnicos de nível médio (integrado e subsequente) e superior, todos presenciais. Com a suspensão dessas atividades presenciais, as aulas estão ocorrendo remotamente, de forma virtual, possibilitando assim a prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus.

2.1.2 Mesmo o plano de retomada segura das atividades presenciais, em construção pelo IFBA, prever a manutenção de parte da carga horária de forma remota/virtual.

## **3. DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

3.1. Aquisição fundamentada nos pressupostos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 Os bens a serem adquiridos na presente dispensa de licitação enquadram-se na definição de bens caracterizados como comuns, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

5.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

5.1.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

5.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já

apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das

5.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

5.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

## 6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, **contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento** em remessa única, ao Almojarifado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Campus Barreiras, no endereço Rua Gileno de Sá Oliveira, 271 - Recanto dos Pássaros - Barreiras/BA. CEP: 47808-006, no horário de 08h às 11h, e de 14h às 16h. As dúvidas/esclarecimentos sobre a entrega podem ser enviadas ao e-mail: [ifba.comprasbarreiras@gmail.com](mailto:ifba.comprasbarreiras@gmail.com).

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- 7.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- 7.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de Licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## 9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa

jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na Dispensa de licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para



verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6 / 100) / 365$	$I = 0,00016438$ $TX = \text{Percentual da taxa anual}$ $= 6\%$
------------	-----------------------	---

- 12.14. As dúvidas/esclarecimentos sobre pagamento devem ser enviadas ao e-mail: [depadbarreiras@ifba.edu.br](mailto:depadbarreiras@ifba.edu.br).

### 13. DO REAJUSTE

- 13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 14.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 14.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 14.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 14.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 14.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 14.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

14.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 14.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 14.1.1 a 14.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 14.1.2 a 14.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 14.1.8 a 14.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

15.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 43.853,66** (quarenta e três mil e oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos).

## **16. DA DISPENSA ELETRÔNICA**

16.1. A dispensa eletrônica será realizada com base na Lei nº 14.133/21 e na IN SEGES/ME nº 67/21, conforme disposto no Aviso de Dispensa Eletrônica Nº 14/2021.

16.2. As orientações/regras sobre os procedimentos referentes à dispensa eletrônica estão dispostas no Aviso de Dispensa Eletrônica nº 14/2021.

Barreiras, 06 de outubro de 2021.

Darlan Cavalcante de Almeida

Jean Lazaro da Encarnação Coutinho

### **Equipe de Planejamento**

Aprovo o presente Termo de Referência, nos termos dos arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º, da Lei 14.133/2021. Em atendimento ao disposto no art. 50, IV, Lei 9.784/99, bem como no art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021, autorizo a contratação direta.

Gustavo da Silva Quirino  
**Diretor Geral/Ordenador de Despesas**